

Presentes:

Membros do Conselho:

David Pereira Brito – Coresan Apucarana; Judite Bartzike – Coresan Cascavel; Tammy Rafaelle Kochanny – Coresan Curitiba; Talita Kutz – Coresan Francisco Beltrão; Cláudia Regina dos Santos – Coresan de Irati; Patrícia Chiconatto – Coresan Guarapuava; Dóris de Fátima Iastrenski – Coresan Guarapuava; Kelly Franco de Lima – Coresan Londrina; Marilze Brandão de Assis – Coresan Maringá; Luciana Kaiser – Coresan Pato Branco; Roseli Pittner – Coresan Pitanga; Maria Isabel Corrêa – Coresan Ponta Grossa; Éder Silva Cordeiro – Coresan Umuarama; Marcelo Inácio Stelmach – Coresan União da Vitória; Marcia Cristina Stolarski – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Rosângela Mara Slomski Oliveira – Fundepar; Cristina Klobukoski – Secretaria de Estado da Saúde; Adriane Leandro – Secretaria de Estado da Saúde; Nicolas Floriani – Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Daniele Martin Sandri – IDR/Emater; Daisy Mara Jayme Maia – Sanepar.

Outros Participantes:

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

- Abertura e aprovação da pauta
- Relato das Coresan's
- Reflexão sobre o papel dos conselheiros e da sociedade no cenário da pandemia
- Análise das ações de SAN feitas na pandemia
- Revisão Plano Estadual de SAN
- Plenária final

Memória: Dando início à reunião a presidente Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes e encaminha a aprovação da pauta da proferida reunião. Na sequência a conselheira Márcia Stolarski, do DESAN, fala sobre o programa Compra Direta e o Cartão Comida Boa, ressaltando a importância de os conselheiros acompanharem os Programas dentro dos municípios em que atuam. Quanto ao cartão Comida Boa, a conselheira Marilze questiona se há a possibilidade de distribuir os cartões que sobram de um município para outro e a conselheira Márcia disse que irá verificar essa informação e repassar aos conselheiros. A conselheira Márcia salienta que foram distribuídos mais cartões do que o número de cadastrados no CADÚnico, portanto, quando se sabe que há pessoas precisando desse

auxílio, é importante verificar com os municípios se há sobras ou se todo o percentual foi utilizado, além disso, acompanhar se a entrega está sendo feita para as pessoas que realmente precisam e também, se alguns prefeitos não estão utilizando disso para se promover politicamente. Na sequência, a conselheira Judite observa que há a necessidade de uma avaliação que revise o CADÚnico nos programas que o utilizam, pois podem haver pessoas no cadastro que são inseridas automaticamente nos projetos, sem terem necessidade ou vontade de usufruir dos auxílios/programas, dessa forma, ela solicita que o conselho pense em uma ideia que possa melhorar o uso do CADÚnico nos programas. Em seguida, a conselheira Marilze pergunta sobre o PAA Federal que o Governo anunciou, a conselheira Márcia explica que possivelmente para o Paraná seja destinado o valor de 2,5 milhões e que uma das sugestões de uso desse recurso seja para a cadeia do leite, pois a mesma está sofrendo bastante por conta da estiagem. Informou ainda, que esse recurso será direcionado para os agricultores, pois não abarca cooperativas e que serão priorizados os municípios de alta vulnerabilidade. Na sequência, os conselheiros abordaram a situação atual da pandemia, principalmente no que condiz sobre a segurança alimentar e nutricional. A conselheira Rosângela, da Fundepar, clarifica como está ocorrendo a distribuição dos alimentos para os alunos e suas famílias. Ela diz, que no início da pandemia foram feitos kits com os alimentos que já havia nas escolas e neste primeiro momento a coordenação da distribuição ficou à cargo da SEED, ao mesmo tempo que ocorria a compra emergencial dos kits de alimentos. Ela salienta ainda, que o governo pensou em kits que alimentassem famílias de até cinco pessoas por um período de quinze dias, e o número de kits comprados se baseou na quantia de famílias inscritas no bolsa família. Nesse contexto, ela explica que as escolas estão entrando em contato para comunicar que há mais famílias em situação de vulnerabilidade, além do número cadastrado no bolsa família, porém não há sobra de kits. E que o alimento que as famílias recebem é de qualidade, pensado para uma nutrição completa. Dando prosseguimento, a conselheira Kelly informa que todos os municípios da regional de Londrina estão fazendo a entrega dos alimentos da merenda escolar e que o principal relato dos municípios é a grande demanda de famílias que necessitam de alimentos. Em seguida, a conselheira Dóris informa que em Guarapuava houve uma estratégia diferente, que a merenda que estava próxima de vencer (entre 15-20 dias para a data do vencimento) foi destinada para a assistência social ou para o Mesa Brasil e que os alunos que necessitam desses alimentos ao entrarem em contato com as escolas são encaminhados para o CRAS. Ela ressalta que houve tentativas para que Guarapuava fizesse a entrega dos kits da merenda, assim como outros municípios, mas não tiveram êxito. Na sequência, a conselheira Cláudia

informa que na região de Irati e Ponta Grossa as entregas do PNAE Estadual estão ocorrendo normalmente, porém o mesmo não ocorre com o PNAE Municipal, que o único município que está comprando da agricultura familiar é o de Imbituva. E que não conseguiram convencer as prefeituras de outros municípios a aderirem aos kits da merenda. E outra situação é a agonia dos agricultores quanto a repentina mudança, pois os mesmos haviam se programado para ofertar suas produções para as escolas e a demanda foi bem menor devido a pandemia. Dando continuidade, a conselheira Marilze informou que em Maringá também houve a suspensão da compra das produções da agricultura familiar em algumas escolas. E ressalta que as CAISANs municipais devem ser fortalecidas para que haja uma atuação em conjunto e efetividade das ações. Em continuidade aos debates, o conselheiro Nicolas Floriani comenta sobre sua avaliação do PLANSAN Estadual 2016-2019 e apresenta algumas sugestões para o novo plano que será iniciado nos próximos meses. No comentário ele traçou dois cenários, o caráter emergencial da pandemia e o segundo cenário é o pós-pandemia. Dessa forma, ele propõe que haja uma conexão maior entre as entidades responsáveis pelas ações, pois percebeu que no plano anterior as metas eram exclusivamente de uma ou outra entidade, sem que houvesse uma conexão entre as entidades envolvidas e mesmo entre outros setores. Além disso, ele sugere que a partir do contexto emergencial, seja feita uma avaliação apontando o que foi feito a partir do plano de 2016-2019 e que para o plano 2020-2023 seja pensado a partir dos resultados dessa avaliação e também considerando o contexto de pós-pandemia visando principalmente os mais vulneráveis. Logo em seguida, a conselheira Daniele explica que o Governo do Estado está fazendo um plano pós-pandemia e para tanto há três núcleos de discussão, sendo um deles o de promoção social, no qual o IDR está trabalhando e que um dos eixos é o de Segurança Alimentar e Nutricional. Além disso, ela apresenta as ações atuais do IDR como a distribuição de sementes para comunidades em vulnerabilidade; a estruturação de ações sobre as perdas e desperdício de alimentos; bem como outras ações que tem como principal eixo a segurança alimentar e nutricional. Dando continuidade o conselheiro David, apresenta as situações que envolvem SAN na região de Apucarana. Ele argumenta que a entrega dos cartões comida boa está sendo feita corretamente e que eles gostariam que os cartões que não foram distribuídos fossem repassados para outras famílias. Além disso, a entrega da merenda escolar está sendo feita e abrange todos os locais da região. E a única questão levantada, quanto a merenda, é a entrega, exclusivamente, para as pessoas do bolsa família, pois outras, como os alunos da EJA, acabam ficando de fora. E que a demanda por cestas básicas, solicitadas no CRAS, está crescendo muito e que felizmente outras entidades estão ajudando. O conselheiro salienta ainda que

outra situação que surgiu é a de famílias constituídas por casal adolescente ou de mães adolescentes, os quais ficaram desassistidos, já que são menores de idade e não poderiam estar no cadastro sozinhos. Na sequência, a conselheira Talita Kutz, salienta que no sudoeste do Paraná há uma grande demanda por cestas básicas, mesmo com o auxílio de diversas entidades. De igual modo, o PNAE Estadual está ocorrendo bem, porém o PNAE Municipal está com dificuldades de operacionalização, pois não há uma mobilização dos municípios, houve uma cobrança para que os municípios comprassem os alimentos e os distribuíssem para as famílias, porém sem efeito. Ela ressalta a mobilização das cooperativas para participarem do Compra Direta. Dando continuidade, o conselheiro Éder Cordeiro informa que na região de Umuarama as entregas da merenda e a adesão dos programas foram satisfatórias. Em prossecução, o secretário Valdenir reforça a necessidade de os conselheiros lerem e analisarem o Plano Estadual de SAN, para que assim haja uma construção coletiva e um detalhamento das mudanças necessárias a serem feitas. Salienta ainda que se faz necessário analisar como foi a VI Conferência Estadual e o contexto das Conferências regionais. O Secretário salienta que esse processo de construção coletiva será feita online e no segundo semestre será finalizada, com a avaliação das ações pelos Conselheiros governamentais. Por fim, a presidente Roseli Pittner encerra a reunião ordinária desejando saúde a todas e todos e agradece a participação nas discussões do dia.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB